Cerimônia de divulgação do pacote foi realizada com a presença de Lula

Um pacote de medidas anunciado na terça-feira (12) pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, vai facilitar a compra e a construção da casa própria. O orçamento liberado pelos bancos, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, deve chegar a R$ 8,7 bilhões em 2006, um aumento de quase 100% em relação às operações realizadas em 2005.

Uma das principais medidas para o setor de habitação é a que torna facultativo aos bancos operar no SBPE a cobrança da Taxa Referencial (TR) no financiamento da casa própria. Com isso, o comprador do imóvel poderá ter juros pré-fixados e saber qual o valor da prestação vai pagar do começo ao fim do financiamento, que pode ter prazo de até 20 anos. Pelas regras atuais, as operações nesse sistema só podem ser realizadas com a utilização da TR acrescida de juros de no máximo 12% ao ano.

Outra importante medida é a que possibilita a utilização do crédito consignado para o financiamento da casa própria, ou seja, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada poderão oferecer o desconto direto em folha ao banco, como forma de garantia de pagamento do empréstimo. Além disso, criou-se a possibilidade das empresas tomarem recursos no BNDES para construir imóveis para seus funcionários.

A Caixa Econômica Federal também vai oferecer uma nova linha de crédito para empresas da construção civil. Essa linha visa financiar até 85% do custo da obra com adequação do crédito às especificidades de cada operação e de cada empresa, respeitando-se inclusive os aspectos regionais. Os recursos disponíveis para esse tipo de operação, ainda este ano, serão de R$ 1 bilhão. Para 2007, já foram previstos recursos da ordem de R$ 3,5 bilhões, os quais também podem ser objeto de suplementação, mediante remanejamento entre programas administrados pela Caixa.

Com o objetivo de baratear o custo da habitação popular, o governo dará continuidade ao processo de redução do IPI da cesta básica da construção civil, iniciado em fevereiro de 2006. Além disso, pretende apoiar a inclusão do setor da construção civil no rol daqueles elegíveis a optar pelo regime especial de tributação para micro e pequenas empresas. Isso deve contribuir para a redução da informalidade, que tem sido diagnosticada como um dos entraves ao crescimento e desenvolvimento do mercado imobiliário no Brasil.